

A ÉTICA DO HUMOR POLÍTICO

Maria Cristina de Moraes Taffarello*

RESUMO

Lidando com um texto de humor político, nosso propósito básico é mostrar seus objetivos e temas de crítica; além disso, apontar a relevância desse tipo de texto para o estudo lingüístico de questões básicas não só da Análise do Discurso, mas também da Semântica e a da Pragmática.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; script; polifonia; ironia.

ABSTRACT

Dealing with a text of political humor, our basic purpose is to point out its objectives and criticism's themes; furthermore, to show the relevance of this type of text for the linguistic study of the basic issues not only in Discourse Analysis, but also in Semantics and Pragmatics.

KEY-WORDS: discourse; script; polyphony; irony.

Introdução

Nosso objeto de análise é um texto de Millôr extraído do livro *Humor nos tempos de Collor*, de Jô Soares (1992): *Vade retro*, PC (em anexo), cujo tema de crítica à mentira é ricamente explorado. Publicado durante a presidência de Fernando Collor de Mello, é inevitável que fatos e nomes da época venham à tona.

“Apenas os chistes que têm um propósito correm o risco de encontrar pessoas que não querem ouvi-los”. Esse é o comentário de Freud (1905:109) a respeito da distinção, calcada sobretudo na reação do ouvinte-alvo, entre chiste tendencioso e chiste ingênuo, embora tal distinção não se tenha sustentado integralmente. A respeito disso merecem destaque duas observações. A primeira se refere ao efeito chistoso: os chistes inocentes têm, em geral, um efeito moderado, provocando um leve sorriso em seus ouvintes, talvez até, em parte, devido ao conteúdo intelectual. Os chistes tendenciosos, ao contrário, fazem o riso explodir. A partir dessa constatação, Freud (1905:116) levanta a seguinte suspeita: “Já que ambos os tipos podem ter a mesma técnica, podemos suspeitar de que os chistes tendenciosos, em virtude de seu propósito, devem ter fontes de prazer disponíveis, às quais os chistes inocentes não teriam acesso.” Note-se a relevância do propósito no caso do chiste tendencioso.

A segunda observação se liga justamente aos propósitos dos chistes: os tendenciosos (e só eles, pois os inocentes teriam um objetivo em si mesmos), têm um

* Doutora em Lingüística pela UNICAMP. Professora de Lingüística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras Padre Anchieta. Professora do curso de Pós-Graduação em Criatividade e Produção de Textos, nas Faculdades Padre Anchieta.

propósito *hostil*, de agressividade, sátira ou defesa, ou um propósito *obsceno*, de desnudamento. A esses acrescenta ainda o que denomina humor *cínico* (blasfemo, crítico) e humor *cético*, que ataca não “uma pessoa ou uma instituição, mas a própria certeza de nosso conhecimento, uma de nossas capacidades especulativas” (Freud,1905:136).

Num outro momento (Freud,1905:155-6), admite que os chistes nunca deixam de ser tendenciosos, “mesmo se o pensamento neles contido é não tendencioso e apenas serve aos interesses intelectuais teóricos. Eles perseguem um segundo objetivo: promover o pensamento, aumentando-o e guardando-o da crítica.” Porém, seu humor nem sempre é crítico, pois muito freqüentemente os chistes veiculam discursos conservadores ou até reacionários, sobretudo no campo da sexualidade e do racismo; certamente isso não é totalmente válido para o humor político, como o próprio Freud entrevê e, em trabalhos mais recentes, se confirma.

Resumindo, queremos frisar que o objetivo de crítica social nos interessa mais de perto, mas cremos difícil dissociá-lo do objetivo de denúncia e de correção, sobretudo por se tratar de textos de humor político. Buscaremos demonstrar isso em nosso texto, sobretudo com base nas teorias sobre os vários tipos de crítica, abordados por Possenti (1998), e na distinção entre chistes difamatórios e expositores, feita por Raskin (1985).

Alguns fundamentos teóricos

Ducrot (1987) considera dois tipos de polifonia: a) intertextualidade explícita (discurso relatado, citações, referências, argumentação por autoridade etc.: quando, no mesmo enunciado, há mais de um locutor, responsável pelo enunciado; b) intertextualidade implícita: quando, no mesmo enunciado, há mais de um enunciador. Com base nessa visão pragmática de Ducrot, que entende o sentido de um enunciado como uma representação (no sentido teatral) de sua enunciação, Mainguenu (1993:77) explica também a polifonia como um mecanismo que leva a distinguir, numa enunciação, dois tipos de personagens: os enunciadores e os locutores. Define ainda o enunciado irônico como aquele que “faz ouvir uma voz diferente da do ‘locutor’, a voz de um ‘enunciador’ que expressa um ponto de vista insustentável. O ‘locutor’ assume as palavras, mas não o ponto de vista que elas representam.” Como o texto em questão é bastante irônico, será imprescindível para sua análise essa visão polifônica da linguagem.

Como vamos analisar um texto de humor político, nos apoiaremos ainda na visão semântica de humor desenvolvida por Raskin (1987:17), segundo o qual os componentes de uma piada são: a) uma mudança do modo de comunicação *bona-fide* (isto é, confiável) para o não *bona-fide*; b) o texto ser intencionalmente chistoso; c) dois *scripts*¹ (parcialmente) sobrepostos compatíveis com o texto; d) uma rela-

1. A noção de *script* é usada, sobretudo na área de Linguística Textual, como um dos diversos tipos de modelo cognitivo, ou seja, um feixe estruturado e formalizado de informação semântica inter-relacionada. Koch e Travaglia (1990:60) esclarecem tal noção como “conjuntos de conhecimentos sobre modos de agir altamente estereotipados em dada cultura, inclusive em termos de linguagem; por exemplo, os rituais religiosos (batismo, casamento, missa), as fórmulas de cortesia, as praxes jurídicas.”

ção de oposição entre os dois scripts; e) um gatilho, óbvio ou implícito, entre os dois scripts.

Em relação ao instigante tópico do *humor político*, em primeiro lugar, teceremos comentários sobre a constância de alguns temas criticados e sobre as estratégias empregadas, seguindo os passos de Possenti (1998) num estudo discursivo-pragmático - sendo que as análises de cunho pragmático se justificam pela necessidade de, muitas vezes, ter de recorrer a determinada situação histórica ou a características próprias de um político, supostamente reconhecidas pelos leitores/ouvintes, o que se coaduna perfeitamente com as análises de nosso texto. Retomaremos vários exemplos de Possenti, por sua clareza e adequação a nossos propósitos. Nossa convicção é a de que, embora haja elementos que são típicos de alguns governos ou de alguns governantes, a maioria dos elementos invocados em textos de humor político são constantes. Isso poderá ser, em parte, testado num segundo momento da exposição do tema do humor político, quando tomaremos por base Raskin (1985), que discrimina duas classes de piada política, a que agride e a que expõe, dependendo também do alvo a ser atingido.

Possenti (1998:110 e seguintes) expõe basicamente os seguintes temas de crítica política:

a) crítica à *classe dos políticos*, independentemente dos diversos regimes ou personalidades envolvidos. O exemplo escolhido evidencia a oposição de *scripts* vida longa / vida breve (morte desejada), comum nesse tipo de humor:

FHC vai consultar uma vidente. A bruxa lhe diz:

- Aqui vejo muito claro. Tu vais morrer num dia de festa pátria.

- Bom, mas que dia?

- Não sei, mas qualquer que seja o dia em que morras, vai ser uma verdadeira festa.

b) crítica a *determinada concepção de política*. Para exemplificar, eis a piada de um bêbado num comício:

O candidato está fazendo um discurso e, lá pelas tantas, diz:

- Se eu for eleito, prometo que haverá trabalho para todo mundo.

O bêbado comenta:

- Já começou a perseguição.

O que se pode deduzir deste caso é a concepção de que o "político é o responsável pela solução de nossos problemas, e não o representante de outros sujeitos, de um grupo ou classe." (Possenti, 1998:111). Em outras palavras, muitos eleitores esperam soluções milagrosas dos políticos por eles escolhidos.

c) crítica a temas particularizados

- *crítica à ditadura*:

Um cachorro polonês e um tcheco encontram-se na divisa dos dois países, quando se dá o seguinte diálogo:

- O que é que você veio fazer aqui?

- Comer um pouco. E você?

- Ladrar um pouco.

Neste caso, o par de *scripts* opostos censura / liberdade se sobrepõe até mesmo ao par abundância / penúria.

- crítica à *corrupção*, ou inscrição no topos² “político é corrupto”.

Dois turistas encontram um cemitério brasileiro (argentino etc.). Vêem uma lápide na qual se lê: ‘Aqui jaz um político e um homem honesto’. E um dos turistas comenta:

- Que estranho. Os brasileiros (argentinos etc.) enterram duas pessoas no mesmo túmulo.

A ambigüidade dos predicados do morto é o mecanismo lingüístico usado.

- crítica à *mentira*

Deus convocou Bill Clinton, Boris Ieltsin e FHC para anunciar-lhes que o mundo vai acabar. Clinton, em uma mensagem em cadeia nacional, anuncia a seu povo:

- Tenho de lhes dar uma notícia boa e outra ruim. A boa é que Deus existe, tal como supúnhamos. A ruim é que o mundo vai acabar.

Ieltsin diz a seu povo:

- Tenho de lhes dar duas más notícias: ao contrário do que nós pensávamos, Deus existe. E, além disso, o mundo vai acabar.

FHC, por sua vez, diz aos brasileiros:

- Tenho de lhes dar duas boas notícias: Deus existe... e todos os problemas do Brasil vão se resolver em poucos dias.

Tal tema predomina, como já se disse, no texto a ser analisado.

- crítica à *presunção*: contra o político que “pensa que é Deus”:

FHC (ou Collor) pensa que é o momento de decidir onde será enterrado quando morrer. Telefona ao primeiro ministro de Israel. Após as saudações protocolares, FHC lhe diz:

- Mudando de assunto, quanto me cobrarias se escolhesse Jerusalém como minha última morada?

- O que te parece 500.000 dólares?

- Impossível. Tem de ser menos dinheiro, senão o povo me mata.

- Por menos dinheiro, nada feito. Pode esquecer de ser enterrado em Jerusalém.

- Mas, Primeiro Ministro, pense bem. Não acha que é muito dinheiro por três dias?

A interpretação desta piada reivindica o conhecimento partilhado da morte e posterior ressurreição de Cristo, decorridos três dias daquela.

- crítica à *burrice*, que pode se manifestar através de vários mecanismos: desconhecimento de uma figura popular (Itamar Franco foi objeto de uma charge

2. A noção de *topos* (plural *topoi*), lugar comum argumentativo, foi emprestada de Aristóteles e desenvolvida por Ducrot (1989). Apresenta três propriedades básicas: universalidade, generalidade e natureza gradual. Exemplificando: *Está fazendo calor, vamos à praia* apresenta o *topos*: “o calor torna a praia agradável”.

que explorava seu encontro com o Presidente do BID, cujo nome é Iglésias, a quem teria dito que gostava de música romântica e possuía seus discos - confusão entre o economista e o cantor Julio Iglesias); tomada no nome próprio como se não o fosse (o presidente americano Truman e o presidente brasileiro teriam travado o seguinte diálogo numa visita daquele ao Brasil: "- How do you do, Dutra? ; - How tru you tru, Truman?"); exposição da burrice dos políticos através da inteligência de outro (há anedotas americanas, por exemplo, que exploram a suposta burrice de Clinton – na verdade, por oposição à suposta inteligência excepcional de sua esposa Hillary).

- Para encerrar, há piadas que exploram aspectos muito circunstanciais, incluindo às vezes tópicos característicos dos chistes obscenos:

- Sabés lo que dicen a Menen?

- No.

- OB: porque está en el mejor lugar, pero en el peor momento y sirve para todos los deportes.

Possenti (1998:114) mostra que esta piada envolve numerosos ingredientes: estar no melhor lugar retoma uma avaliação, supostamente compartilhada, sobre não haver nada melhor do que fazer sexo, pelo menos para o homem; retoma o tabu segundo o qual a menstruação é um empecilho para a atividade sexual; e supõe o conhecimento de um *slogan* publicitário do absorvente OB (serve para todos os esportes), além do conhecimento de que Menen, pelo menos no início de seu primeiro mandato, tentava aparecer com esportistas, comparecendo a eventos esportivos junto a atletas, vestindo uniformes e posando para fotos.

Baseando-nos ainda, e sobretudo, em Raskin (1985:222-46), que dedica um capítulo ao humor político, concordamos com o fato de haver duas classes básicas de piada política, conforme o alvo a que se dirijam. As *piadas difamatórias* (*denigration jokes*) atacam uma pessoa, um grupo, uma idéia ou uma sociedade inteira; as *piadas expositoras* (*exposure jokes*) visam a desmascarar um regime político, fazendo referência a eventos não amplamente publicados e normalmente suprimidos por tal regime.

Em relação às piadas difamatórias, faz a seguinte classificação:

a) de uma figura política

As piadas difamatórias de uma figura política são bastante comuns e se baseiam na simples oposição entre um *script* e sua negação. Mais precisamente, na oposição do tipo bom / mau, embora haja outras maneiras de mostrar que nem sempre uma pessoa com cargo político o ocupa como deve.

Resumindo, podemos lidar com as seguintes oposições de *script*:

- bom / mau;
- competência / incompetência;
- conhecimento / desconhecimento;

- honestidade / desonestidade (corrupção);
- não-sexo / sexo;
- vida longa / vida curta (morte desejada);
- pessoa conhecida / pessoa desconhecida.

Embora Raskin (1985:226) afirme que um líder político nunca é atacado como pessoa, mas somente como figura pública que, supostamente, não deve possuir o(s) traço(s) alegado(s), mas exatamente seus opostos, tal hipótese é difícil de se sustentar: temos a convicção de que, se isso é verdadeiro, em parte, para piadas nas quais não ocorrem nomes próprios, não o é para “crônicas” humorísticas publicadas em periódicos ou na mídia em geral, que é o caso do texto aqui estudado, pois ele cita nomes próprios, os quais remetem às pessoas que, de uma forma ou de outra, participaram do governo Collor. Freud (1905:110) endossa tal convicção: ao explicar a não necessária inter-influência entre chistes verbais e conceptuais, de um lado, e chistes inocentes e tendenciosos, de outro, alerta para o fato de que os chistes que “jogam com” nomes próprios têm freqüentemente um propósito “insultante e ferino”, embora sejam verbais.

b) de um grupo ou instituição políticos

Raskin (1985:227) afirma que, quando um grupo ou instituição política é difamada, a piada é normalmente sobre um membro ou membros desse grupo ou instituição. Porém, tal pessoa acaba sendo destituída de suas individualidades. A complexidade maior ou menor dessas piadas decorre do fato de sua mensagem variar conforme a natureza e o propósito dos grupos e instituições em causa. Dá como exemplo uma piada russa dos meados de 1890: “Como você reconhece um russo liberal? Muito facilmente. Ele tem um mordomo negro que pega seu sobretudo no *hall*.”

Neste caso, há basicamente dois temas sendo criticados: além da crítica à classe dos políticos como um todo, também se critica a falsidade das atitudes dos políticos diante de suas promessas, convenientemente de acordo com o dito de puro cinismo: “Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço.” Os russos liberais daquela época, por exemplo, não praticavam o que pregavam, sobretudo a igualdade e amor aos simples, oprimidos e desprivilegiados. São, pois, casos bastante alusivos, isto é, utilizam-se de associações e inferências.

c) de uma idéia ou *slogan* políticos

Se no primeiro tipo de piada difamatória o alvo humano é tratado como uma pessoa não privada, pelo menos na opinião de Raskin, e, no segundo tipo, como alguém não individualizado, neste caso há uma despersonalização total do alvo da piada. Uma idéia abstrata, um credo, um mote ou slogan é que são difamados, embora a piada seja direcionada contra pessoas, cuja idéia ou slogan sejam difamados. Um exemplo de piada soviética dos anos 60: “No capitalismo, o homem explora o homem. No socialismo, acontece o inverso” (Raskin, 1985:229). Uma das suas tendências é ridicularizar o patriotismo, o que acaba levando a difamar toda uma sociedade.

Quanto ao segundo tipo de piada apontado por Raskin, as piadas expositoras, estas são classificadas da seguinte forma, conforme exponham:

a) traços nacionais

Esse tipo de piada se aproxima do humor étnico, diferenciando-se dele somente pelo fato de que o *script* principal é: o que o grupo nacional ou entidade nacional alvejados devem ser e a negação desse *script*.

Os traços aludidos podem envolver vários *scripts*: a *irreverência* e desrespeito a autoridade dos americanos, a *praticidade / racionalidade* dos judeus, a *estupidez* dos tártaros e a *obediência cega / hipócrita* dos russos etc. Como exemplo do primeiro caso, isto é, o desrespeito a autoridade dos americanos, há uma piada soviética da década de 50, citada por Raskin (1985:230):

Dois pilotos, um americano e outro britânico, estão atravessando o Atlântico e se aproximando das Ilhas Britânicas. "Acabamos de atravessar a costa britânica", disse o britânico com orgulho. "Que se dane sua costa!", responde o americano. "Estamos voando sobre Londres.", diz o britânico alguns minutos depois. "Que se dane sua Londres!", diz o americano. "E este é o Palácio de Buchingham. Nossa rainha mora aqui." "Que se dane sua rainha!", diz o americano. "Neste caso", explode o britânico, "que se dane seu presidente!" "Dane-se nosso presidente!", concorda o americano.

Acrescentamos aqui as piadas que envolvem os brasileiros como povinho, como exemplo (à medida que podemos recuperá-la da própria memória):

Na época em que Deus estava criando o mundo, um anjo observou: "Puxa Deus, não é justo que o Brasil seja tão privilegiado: país imenso, com clima tropical, sem neve, sem terremoto. Como pode?!" "É", responde Deus, "mas você não imagina o povinho que vai habitar toda essa maravilha!".

Se pensarmos no topos: "Cada povo tem o político que merece", podemos associar, indiretamente, tal piada à crítica a determinada concepção de política, talvez atribuída a um povo, como sugere Possenti (1998).

b) expressão política

Esse tipo de piada *expõe a natureza repressiva* de um regime, aludindo ao *script* reprimido de prisão e / ou terror. Sustentando-se primeiro no *script* largamente publicado (e também aludido) do regime livre e popular, nega-o em seguida. O exemplo a seguir expõe a natureza repressiva do fascismo: "Esta é nossa bela liberdade no Fascismo - tudo o que não é proibido é compulsório." (Larsen, 1980:54, apud Raskin, 1985:232).

Além disso, tais piadas podem *expor a falta de liberdade (freedom) política e de liberdade (liberties) civil*. Um exemplo vem da Alemanha Oriental da década de cinqüenta: "As bases da democracia socialista foram criadas quando Deus fez Eva e disse a Adão: 'E agora escolha você mesmo uma mulher'."

Soma-se a esses casos o *script* da liberdade / não liberdade de expressão. É interessante observar que esse *script* "incorporou a oposição padrão em que muitas piadas políticas são baseadas: uma pessoa deve dizer somente boas coisas sobre um regime opressivo e todas as suas manifestações e não a verdade sobre ele." (Raskin, 1985:234).

c) escassez

Decorrentes ainda de regimes políticos repressivos e hipoteticamente provedores das necessidades de sua população, tais piadas são baseadas no script da abundância e de sua realística negação. Vejamos um exemplo:

Alguns economistas eminentes da Alemanha Oriental são convidados pela África para modernizar a área do Saara. Nada muda no primeiro ano, nada muda no segundo. No terceiro ano, o Saara fica sem areia. (Larsen, 1980:85, apud Raskin, 1985:235).

d) situações políticas específicas

Piadas desse tipo são sempre alusivas : a alusão é normalmente um script enciclopédico particular, *evocando a situação comprometedor ou indesejável*. Aqui também pode haver combinações desse script básico com os vistos anteriormente (*script* difamador de um líder, de escassez, de repressão), resultando num uso alusivo da oposição a vida é boa / a vida não é boa, que caracteriza várias piadas políticas. Exemplificando:

Nancy Reagan insistia na livre distribuição de manteiga excedente do governo aos verdadeiramente necessitados. Ela dizia: "Mesmo estas pobres pessoas devem ter algo para mergulhar suas caudas de lagosta." (monólogo de Johnny Carson, NBC, fevereiro de 1982, apud Raskin, 1985:136).

Para entender esta piada, o ouvinte deve ter internalizada uma série de *scripts* correspondente ao conhecimento descrito a seguir:

- O governo está, realmente, distribuindo manteiga ao pobre;
- Os Reagans são freqüentemente descritos como ricos e amigos dos ricos;
- Caudas de lagostas são caras, e os pobres não as podem adquirir.

Além disso, não se pode deixar de lado a intertextualidade ligada à frase normalmente atribuída a Maria Antonieta (Viena 1755 – Paris 1793), esposa de Luís XVI, da França, dirigida ao povo que sofria de fome: "Na falta de pão, que comam brioche."

Essas alusões, ligadas a uma época e local determinados, fariam um chiste falhar se desconhecidas pela audiência ou pelo leitor.

Raskin conclui que, embora novas situações políticas introduzam novos scripts e criem novas piadas, seus tipos e princípios básicos permanecem os mesmos. Com certeza, essa afirmação se adaptará à nossa análise.

Finalizando esse assunto sobre piadas combinatórias, isto é, aquelas em que pode haver combinação do *script* básico de uma situação indesejável com outros scripts, como o da escassez, da repressão etc., Raskin (1985:237) observa que tais piadas "são intercambiáveis de país a país e de regime a regime, conforme as mesmas variedades de traços indesejáveis caracterizem o alvo." O mesmo ocorre em relação aos textos longos de humor⁴.

Na verdade, todas as piadas e textos de humor que envolvem política desejam

4. Embora nossa análise se limite a um caso apenas, tivemos ocasião de comprovar tal afirmação na tese de doutorado recém-defendida.

criticar, difamar seu alvo, seja por questões éticas ou morais, ou por vingança, ou por puro prazer, ou por quantas formas houver de classificar o humor.

Uma prática do tema de crítica à mentira

Um texto ímpar em relação ao tema de crítica à mentira é o *Vade Retro PC* (traduzido para o nível popular de linguagem, seria: “Se mande, PC”), sobretudo em relação ao último parágrafo. Após todas as acusações contra Collor e Paulo César Faria (conhecido por PC), apontadas pela CPI, aquele negou que estivesse mantendo contato com seu chefe de campanha. Esta afirmação foi certamente considerada mentirosa por todo o mundo. E é exposta de maneira engenhosa, neste trecho, que, neste sentido, pode ser considerada um exemplo típico de ironia, se esta for definida como o faz Ducrot, já visto: um locutor põe um enunciador em cena, e os enunciados são atribuídos a ele; ou seja, o locutor não assume tais pontos de vista. Podem ser assim compreendidos enunciados como “uns jamais o viram” (são eles que o dizem...) outros o viram uma ou duas vezes (são eles que o dizem...) outros mal passaram por ele etc. São particularmente interessantes os depoimentos (e de fato fornecidos mais ou menos nestes termos, embora mais detalhadamente, à CPI) atribuídos pelo locutor ao *dr. Ermírio*, o do *dr. Odebrecht*, o da *dona Zélia*⁵, que com ele tiveram (teriam tido...) negócios de monta, o que supõe alguma forma de contato. Mais interessante ainda, numa escala de possíveis mentiras, é a atribuição irônica de uma voz ao presidente Collor, que, embora PC tenha sido seu chefe de campanha, declara que nunca mais o viu depois da posse. Entra aqui o par de *scripts* opostos pessoa conhecida / desconhecida, ao lado do da honestidade / desonestidade, é claro, como responsáveis pela interpretação do humor. A palavra volta em seguida ao locutor, que, em tom exclamativo, explicita todo seu espanto em passagens como *Porém o mais estranho no PC só agora se desvenda*, ou ainda *Repito, que estranho esse PC!*. O jogo consiste no fato de que o locutor faz de conta que aceita a palavra de todos os implicados com PC de alguma forma, e passa a considerar, assim, que este é que é estranho. Os outros são apenas ingratos. É claro que, para apreender o efeito de humor, ou de ironia, o leitor deve dar-se conta de que provavelmente deve ler o texto assim: todos eles estão mentido, PC não é nada estranho (só o seria se eles tivessem dito a verdade e se o fim dos contatos tivesse dependido dele). Se bem que o final do texto é suficientemente explícito para nem cobrar do leitor espertezas excepcionais. Ao assumir que todas essas personagens, sobretudo Fernando Collor, são ingratas, o locutor deixa claro que não acreditou em nada do que elas declararam. Que, no fundo, estão todos abandonando PC a sua sorte.

5. Cremos dispensável esclarecer a quem tais nomes se referem.

Conclusão

Concluindo, esse trecho pode ser lido, portanto, como uma crítica mordaz à falta de ética, abrangendo sobretudo a mentira, tema comum no humor político, de acordo com Possenti (1998).

É evidente a conveniência de considerar a análise do texto de humor, sobretudo político, dentro de um quadro teórico semântico e discursivo-enunciativo, abarcando, de forma especial, a polifonia. Outra observação é quanto à força argumentativa de conscientização e denúncia desse texto, ironicamente revelador de um mundo de interesses pessoais e corrupção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUCROT, O. (1987) *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.

FREUD, Sigmund (1905) *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro, Imago, 1977.

MAINGUENEAU, D. (1993) *Novas tendências em análise do discurso*. 2. ed. Campinas: Pontes.

RASKIN, V. (1985) *Semantic mechanisms of humor*. Dordrecht, Reidel.

_____ (1987) *Linguistic heuristics of humor: a script-based semantic approach*. International journal of the sociology of language, 65 : 11-25.

SOARES, Jô. (1992) *Humor nos tempos do Collor: Jô Soares, Veríssimo e Millôr Fernandes*. Porto Alegre: L&PM.

POSSENTI, S. (1998) *Os humores da língua: análises lingüísticas de piadas Campinas*, Mercado de Letras.

ANEXO

MILHÃO

23/7/92

Vade retro, PC

Que espantoso esse personagem! Eu seria um homem estressado com um só dia de sua labuta. E olhem que sempre trabalhei muito, às vezes excessivamente. Me boquiabre o esforço incessante de PC para obter mais e mais — 10 milhões hoje, mais 20 amanhã, até atingir, no exiguo prazo de dois anos, um bilhão e meio. Estou falando de dólares. Camargo Correia, Ermírio de Moraes e o doutor Marinho, pra chegar perto disso, gastaram 50 ou 60 anos de trabalho e de expertise (viram com que finura evitei o esperteza?). Eu, menos esperto-esperto do que todos eles, em 54 anos de trabalho — com a sorte de emplacar grandes sucessos numa das fontes mais generosas do trabalho intelectual, o teatro — tendo hoje um patrimônio de aproximadamente um milhão (de cruzeiros!) mensais de aposentadorias e, também aproximadamente, um milhão (de dólares) em bens. E olhem que, só com isso, possuo tudo que é invejável — apartamento na V. Souto, estúdio na

General Osório, e este poderoso PC (!) 486 que vos fala. E chega, e basta, e não preciso mais.

Toda fortuna, a partir de meia dúzia de milhões de dólares, ultrapassa qualquer ambição pessoal, mesmo a mais desmedida, e entra na perigosa e doentia área do poder. E aí o céu, e a neurose, são os limites.

Porém o mais estranho no PC só agora se desvenda. Lidando em tantas áreas, fazendo, desfazendo, ordenando, comandando, comprando e vendendo bens e almas, ele era absolutamente desconhecido ou... invisível. De todos os interrogados na CPI, uns jamais o viram, outros o viram uma ou duas vezes, outros mal passaram por ele, um o viu numa festa, o dr. Ermírio parece que o viu mas não se lembra, o dr. Odebrecht acha que ele é alto e louro, dona Zélia nem sabe se é careca. E o próprio presidente, que entregou a ele toda a sua campanha e parte fundamental de sua vida financeira, jamais o viu depois que tomou posse. Repito, que estranho esse PC! E constato — que ingratos todos, sobretudo esse Fernando!

ENGROSSAR
O ENTRA
PRA ETÁ!

NÃO PURO DIZER NADA, NÃO, MAS, SE A COISA CONTINUAR A ENGRASSAR
DESS JEITO, O COLLOR É BASTANTE HOMEM PRA FICAR POR LÁ.

